



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) com as Conclusões dos Trabalhos de Revisão/Procedimentos de Auditoria às Demonstrações Financeiras do Partido Popular Monárquico (PPM) referentes ao ano de 2008.

PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO – PPM

A. Considerações Gerais

- 1.** Os procedimentos de auditoria adoptados na Revisão às Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2008 do **Partido Popular Monárquico**, doravante referido por PPM ou apenas Partido, contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:
 - (i) Aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das Demonstrações Financeiras, efectuada pela ECFP.
 - (ii) Procedimentos limitados de auditoria aplicados por AB – António Bernardo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (AB – António Bernardo), efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.
Para tanto, o referido exame simplificado consistiu na: (i) obtenção de confirmação de saldos e outras informações por parte de entidades

cujos saldos/transacções foram considerados relevantes; (ii) verificação do cumprimento do regime contabilístico de tratamento das receitas e despesas, designadamente no que diz respeito à aplicação, com as devidas adaptações, dos princípios aplicáveis do Plano Oficial de Contabilidade (POC) e, em especial, à verificação da discriminação das receitas e despesas incorridas; (iii) análise da legalidade e conformidade dos documentos de receitas e dos documentos de despesas; (iv) verificação do pagamento das despesas e do recebimento das receitas; (v) aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das demonstrações financeiras e (vi) aplicação de outros procedimentos de verificação e análise que permitiram verificar o grau de cumprimento por parte do Partido dos preceitos legais.

2. O relatório emitido por AB – António Bernardo, com data de 30 de Setembro de 2009, incluído em Anexo, faz parte integrante deste Relatório da ECFP, sendo a sua leitura indispensável para integral compreensão dos assuntos neste tratados.
3. O Relatório de Auditoria que a ECFP ora envia à apreciação do **PPM**, para além de apresentar, na Secção B, uma análise às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, sintetiza, na Secção C, as limitações constatadas/situações de impossibilidade de conclusão, erros ou incumprimentos detectados em resultado do trabalho de análise efectuado pela ECFP e por AB – António Bernardo às contas da actividade do PPM em 2008. Na Secção D é apresentada a Conclusão formal desse trabalho.
4. A ECFP solicita ao PPM que comente cada um dos Pontos cujas conclusões são sinteticamente apresentadas nas Secção B e C deste Relatório da ECFP. Se não for facultada à ECFP documentação adicional ou os esclarecimentos suplementares considerados necessários, manter-se-ão as conclusões constantes deste Relatório no Parecer final.
5. De entre as incorrecções, situações anómalas e de falta de informação detectadas pela ECFP e por AB – António Bernardo no decurso dos trabalhos de auditoria às Contas Anuais de 2008, salientam-se, pela sua materialidade e gravidade, as seguintes:

- As Contas Anuais do Partido foram entregues no Tribunal Constitucional fora do prazo estipulado na lei (ver Ponto 1 da Secção C);
- É impossível à ECFP confirmar que todos os custos e proveitos relacionados com acções foram registados por não ter sido entregue a Lista de Acções e dos Meios utilizados em cada acção (ver Ponto 2 da Secção C);
- Existe uma incerteza relativamente ao saldo de Bancos, reflectido no Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e relativamente ao registo integral dos Proveitos e dos Custos (ver Ponto 3 da Secção C);
- O resultado negativo do exercício encontra-se subavaliado por não terem sido registadas coimas ou estimativas de coimas aplicadas pelo Tribunal Constitucional (ver Ponto 4 da Secção C);
- O resultado negativo do exercício encontra-se sobreavaliado por terem sido registados proveitos referentes a exercícios anteriores (ver Ponto 5 da Secção C);
- Foram constatadas deficiências no processo de prestação de contas (ver Ponto 6 da Secção C); e
- As Contas da Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de 19 de Outubro de 2008, não foram integradas contabilisticamente nas contas anuais do Partido. Receitas e despesas subavaliadas no montante de 3.853,26 euros (ver Ponto 7 da Secção C).

B. Informação Financeira

1. As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2008 do PPM e submetidas à apreciação do Tribunal Constitucional compreendem o Balanço (que evidencia um total de activo de 5.782 euros e um total de capital próprio positivo de 5.415 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.165 euros), a Demonstração de Resultados relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de proveitos de 4.194 euros e um total de custos de 5.359 euros) e o Anexo com as correspondentes Notas explicativas.

Balanço em 31 de Dezembro de 2008

ACTIVO	31-12-2008	31-12-2007
Imobilizado		
Imobilizado Corpóreo	2.444	2.444
Amortizações Acumuladas	- 894	-513
	<u>1.550</u>	<u>1.931</u>
Dívidas de Terceiros		
Estado e O. E. Públicas	2	2
Acréscimos e Diferimentos	209	209
	<u>211</u>	<u>211</u>
Disponibilidades		
Dep. Bancários	3.950	4.542
Caixa	71	6
	<u>4.021</u>	<u>4.548</u>
Total do Activo	<u>5.782</u>	<u>6.690</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-12-2008	31-12-2007
Capital Próprio		
Fundos Próprios	285	285
Resultados Transitados	6.295	14.222
Resultado Líquido do Exercício	- 1.165	-7.927
	<u>5.415</u>	<u>6.580</u>
Passivo		
Dívidas a Terceiros		
Dívidas a Terceiros		
Outros Devedores e Credores	367	110
Acréscimos e Diferimentos		
Total do Passivo	<u>367</u>	<u>110</u>
Total do Passivo e Capital Próprio	<u>5.782</u>	<u>6.690</u>

Demonstração dos Resultados relativa ao ano findo em 31 de Dezembro de 2008

	2008	2007
Proveitos e Ganhos		
Vendas	4.194	2.269
Proveitos e Ganhos Financeiros	-	157
	<u>4.194</u>	<u>2.426</u>
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	3.986	9.706
Amortizações	381	381
Impostos	3	1
Custos e Perdas Financeiras	75	169
Custos e Perdas Extraordinários	914	96
	<u>5.359</u>	<u>10.353</u>
Resultado do Exercício	<u>- 1.165</u>	<u>- 7.927</u>

2. O Balanço do PPM reportado a 31 de Dezembro de 2008 apresenta Activos Totais Líquidos de 5.782 euros (6.690 euros em 31.12.2007). Destacam-se, pela sua materialidade, os saldos das seguintes rubricas:

- Imobilizado líquido – (1.550 euros em 2008; 1.931 euros em 2007). No exercício de 2008 não ocorreram quaisquer adições, nem abates ao imobilizado. Os bens registados nesta rubrica relacionam-se, essencialmente, com equipamento básico e administrativo.

O Secretário-Geral do PPM informou os auditores que ainda se encontra em curso o levantamento do imobilizado, nomeadamente armários, cadeiras e mesas de propriedade do Partido, cujos valores não se encontram reflectidos nas contas, por não terem sido encontrados os respectivos documentos de suporte.

Face ao exposto, solicita-se que o PPM informe a ECFP sobre o estado actual do processo de inventariação, reconciliação e valorização do seu Imobilizado Corpóreo e que dê conta de eventuais ajustamentos já identificados e do seu impacto nas Contas de 2008.

- Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de Depósitos Bancários (3.950 euros em 31-12-2008 e 4.542 euros em 31-12-2007) era composta pelos saldos das contas bancárias seguintes:

Entidade	Nº da Conta	Valor
BPI	██████████	3.820
BPI	██████████	115
Montepio Geral	██████████	28
BPI	██████████	- 13
		<u>3.950</u>

Foi obtida a resposta do Banco BPI ao pedido de confirmação de saldos e outras informações em referência a 31 de Dezembro de 2008, tendo os saldos sido confirmados e devidamente conciliados. Pela análise da conciliação bancária da conta nº ██████████ do BPI, foi verificada a existência de valores pendentes de regularização, tanto no Banco como na Contabilidade, com alguma antiguidade (depósitos em trânsito de 2007 no montante de 891 euros, Cheques em trânsito de

2006 no montante de 1.233 euros e cheques em trânsito de 2007 no montante de 1.354 euros) – (ver Ponto 3 da Secção C).

Relativamente ao saldo existente no Montepio Geral, o relatório da auditoria efectuada pela Moore Stephens às Contas do exercício de 2004, datado de 17 de Novembro de 2005, evidencia a disponibilização de uma carta do Montepio Geral datada de 14 de Maio de 2002, na qual se menciona que, em cumprimento de instruções judiciais emanadas da 5ª Vara Cível da Comarca do Porto, o montante acima referido de 27,82 euros se encontra penhorado.

Face ao exposto, solicita-se que o PPM informe a ECFP sobre o estado actual do processo judicial e quais os desfechos possíveis, bem como de uma explicação adicional quanto aos valores pendentes de regularização relativos à conta bancária no BPI e atrás mencionados, para além do envio da documentação de suporte.

3. Os Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2008 apresentam um valor positivo de 5.415 euros (6.580 euros em 31.12.2007). O decréscimo verificado relaciona-se com o prejuízo apurado no exercício – 1.165 euros.
4. O Passivo do PPM em 31 de Dezembro de 2008 era de 367 euros (110 euros em 31.12.2007) o qual inclui o montante de 324 euros relacionado com o valor apagar à Nova Vaga pelos serviços de contabilidade do Partido.
5. O resultado da actividade do PPM apurado em 2008 representa uma ligeira melhoria quando comparado com o exercício anterior, embora ainda se mantenha negativo, conforme se discrimina no quadro abaixo:

	2008	2007
Proveitos e Ganhos		
Quotizações	1.492	989
Donativos	2.702	1.120
Proveitos e Ganhos Financeiros	-	157
	<u>4.194</u>	<u>2.266</u>
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	3.986	8.384
Amortizações	381	381
Impostos	3	1
Custos e Perdas Financeiras	75	169
Custos e Perdas Extraordinários	914	96
	<u>5.359</u>	<u>9.031</u>

Resultado da Actividade Corrente	- 1.165	-6.765
Resultado – Referendo Nacional 2007	-	-56
Resultado – Intercalares CML/2007	-	-1.106
	<u>- 1.165</u>	<u>-7.927</u>

De acordo com o Ofício nº 1367/GABSG/2009, de 3 de Dezembro, emanado pela Assembleia da República, o Partido Popular Monárquico não requereu, no prazo estipulado pelo nº 6 do artigo 17º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho, a subvenção calculada no âmbito da Campanha para as Eleições Regionais dos Açores de 19 de Outubro de 2008.

Por esse motivo, procedeu-se à redistribuição do excedente 43.153 euros) pelos restantes Partidos.

Identificam-se as variações seguintes, com maior significado:

Aumento do valor de Quotizações em 2008 (503 euros). Esse acréscimo encontra-se influenciado pelo registo de quotas referentes aos exercícios de 2006 e 2007, no montante de 360 euros (ver Ponto 5 da Secção C).

- O Secretário-geral do PPM informou os auditores que ainda se encontram a efectuar um levantamento do nome de todos os filiados que não têm procedido ao pagamento de quotas com o objectivo de os contactar.
- Face ao exposto, solicita-se que o PPM informe sobre o estado actual do processo e que indique os eventuais ajustamentos já identificados, com impacto nas Contas de 2008 e que dê conta de eventuais situações de incobrabilidade de quotas.
- Aumento do valor de Donativos em 2008 (1.582 euros). Esse acréscimo encontra-se influenciado pelo registo de um donativo do exercício de 2007, no montante de 702 euros (ver Ponto 5 da Secção C).

Solicita-se uma justificação para esta situação.

- Diminuição do valor de Fornecimentos e Serviços Externos em 2008 (4.398 euros). Esse decréscimo relaciona-se essencialmente com a diminuição da rubrica de honorários.

A ECFP solicita que o PPM justifique o decréscimo verificado na rubrica de honorários entre 2007 e 2008.

- Acréscimo do valor de Custos e Perdas Extraordinárias em 2008 (818 euros). Esse acréscimo relaciona-se com o reconhecimento do custo referente ao pagamento de quatro prestações (num total de 24 prestações), efectuadas pelo Partido, relacionadas com parte da multa aplicada pelo Tribunal Constitucional referente às Contas Anuais de 2004, no montante de 914 euros.

A prestação referente ao mês de Dezembro de 2008, no montante de 228,50 euros, foi liquidada em Janeiro de 2009, não tendo o Partido atendido à respectiva especialização do exercício.

Solicita-se a indicação do motivo que presidiu a este procedimento.

C. Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Incorreções Verificadas Relativamente à Actividade Corrente do Partido

1. As Contas Anuais de 2008 Foram Apresentadas Fora do Prazo

As Contas Anuais de 2008 foram enviadas pelo Partido ao Tribunal Constitucional no dia 5 de Junho de 2009.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido pela AB – António Bernardo refere -§ 3.1 – que:

*"As contas anuais de 2008 apresentadas pelo **PPM**, incluindo o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, a Demonstração dos Resultados de 2008, e o respectivo Anexo, deram entrada no Tribunal Constitucional em 05 de Junho de 2009, (...)."*

Face ao exposto, o Partido não cumpriu o prazo legal estabelecido no n.º 1 do artigo 26.º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho, doravante designada apenas por Lei 19/2003, segundo o qual, até ao fim do mês de Maio, os Partidos políticos devem enviar ao Tribunal Constitucional as contas relativas ao ano anterior.

Solicita-se a eventual contestação.

2. Não Apresentação da Lista de Acções e dos Meios Utilizados em Cada Acção – Impossibilidade de Confirmar que Todos os Custos e Proveitos Relacionados com Acções foram Registrados

O PPM não deu cumprimento ao estipulado no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de Janeiro, doravante referida apenas por LO 2/2005 e ao Regulamento nº 55/2007 de 12 de Março, promovido pela ECFP, uma vez que não apresentou até à data de entrega das contas anuais, a lista das acções realizadas bem como os meios nelas utilizados, que tivessem envolvido um custo superior a um salário mínimo nacional.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido pela AB – António Bernardo refere -§ 3.1 - que:

"O Partido não apresentou à ECFP a Lista das acções de propaganda política de acordo com o Regulamento nº 55/2007 de 12 de Março."

Face ao exposto, solicita-se ao PPM o envio da lista das acções realizadas com a sua descrição detalhada e integral e dos meios nelas utilizados, devidamente quantificados, com a indicação do seu custo efectivo e de eventuais proveitos associados. Essa lista deverá poder ser cruzada com as despesas incorridas em cada uma das acções e com as receitas obtidas, caso existam. A ausência da referida lista, para além de não respeitar o clausulado legal já referido, não permite aferir se todos os custos e receitas estão integralmente registados nas Contas Anuais do Partido.

3. Incerteza Quanto ao Saldo de Bancos, reflectido no Balanço em 31 de Dezembro de 2008, e quanto ao Registo Integral dos Proveitos e dos Custos.

A análise da reconciliação bancária da conta à ordem nº [REDACTED] do BPI evidencia movimentos em aberto no Banco não considerados nas Demonstrações Financeiras do PPM e, movimentos registados na Contabilidade, não considerados pelo Banco, provenientes dos exercícios de 2006 e 2007.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido pela AB – António Bernardo refere -§ 3.4 - que

“Conta nº 121 – BPI (Conta Nº [REDACTED]):

- *Esta conta refere-se à actividade corrente do partido, apresenta um saldo devedor de 3.819,94 €, e foi devidamente conciliada com o extracto bancário à data de 31/12/2008.*
- *Da análise efectuada à conciliação bancária verificámos a existência de muitos movimentos em aberto no Banco não registados na Contabilidade e vice-versa, com bastante antiguidade, nomeadamente, dos anos de 2006 e 2007. (Depósitos em trânsito de 2007 no valor de 890,51 €, Cheques em trânsito de 2006 no valor de 1.233,45 € e Cheques em trânsito de 2007 no valor de 1.353,93 €.)”*

A ECFP solicita informação adicional (e respectiva documentação de suporte) sobre os movimentos financeiros acima descritos e os comentários do PPM sobre as anomalias identificadas pela auditoria. A ECFP pergunta porque é que existem movimentos bancários não reflectidos na Contabilidade do PPM e movimentos registados na Contabilidade não considerados pelo Banco e porque não foram eles regularizados?

Face ao descrito, não é possível à ECFP confirmar que todos os custos e proveitos e que todos os movimentos bancários ocorridos em 2008 estejam reflectidos nas Contas anuais de 2008.

A situação acima descrita é susceptível de traduzir o não cumprimento pelo Partido do dever de organização contabilística genericamente estabelecido no n.º 1 do artigo 12.º “ex vi” do n.º 1 do art.º 15.º, ambos da Lei 19/2003.

4. Resultado Negativo do Exercício Subavaliado – Não Registo de Coimas ou de Estimativas para Eventuais Coimas Aplicadas pelo Tribunal Constitucional Relativas ao Exercício e a Exercícios Anteriores

O PPM apenas reconheceu, nas Contas Anuais de 2008, o montante de 914 euros referente ao valor de 4 prestações de 228,50 euros cada respeitantes à

coima aplicada ao Partido pelo Tribunal Constitucional, relativamente à prestação de contas do exercício de 2004 que, de acordo com o Acórdão n.º 236/08, de 22 de Abril, ascende a 5.484 euros. Dessa forma, o resultado do exercício apresentado pelo Partido encontra-se subavaliado no montante de 4.570 euros.

Adicionalmente, o Partido não registou, também, nas Contas Anuais de 2008 a coima aplicada ao Partido, pelo Tribunal Constitucional, referente ao processo de prestação de contas das Eleições Autárquicas de 2005, que de acordo com o Acórdão n.º 87/2010, de 3 de Março, ascende a 7.500 euros, neste caso porque a decisão sobre a coima e a sua notificação ao PPM só foi feita após a elaboração e entrega das contas de 2008 deste Partido ao Tribunal Constitucional, o que não significa que a ECFP não tenha de considerar que o Passivo de 2008 do PPM está subavaliadas naquele valor, tal como os seus Capitais próprios estão sobreavaliados em igual montante.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido pela AB – António Bernardo refere -§s 3.0.2 e 3.6.4 – que:

"O Partido não reconheceu qualquer estimativa para fazer face a eventuais multas a liquidar ao Tribunal Constitucional.

A conta de Custos e Perdas Extraordinários apresenta um saldo de 914,00 €, correspondendo a Multas do Tribunal Constitucional (Processo nº 12). Salienta-se que a multa está a ser paga em prestações no valor de 228,50 € no total de 24 prestações. No exercício de 2008 foram liquidadas 4 prestações, no entanto, a 5ª prestação relativa a Dezembro de 2008 só foi liquidada em Janeiro de 2009.

Neste âmbito, o Partido deveria ter reconhecido como custo deste exercício a referida prestação, independentemente do pagamento ter ocorrido em 2009, assim como, efectuar a estimativa do valor a liquidar em 2009 e 2010 relativamente às restantes 19 prestações."

A situação decorre do facto de o Partido apenas registar como custo as coimas que lhe são aplicadas pelo Tribunal Constitucional na data em que estas lhe são notificadas, para além de não constituir provisões para eventuais coimas

a aplicar pelo Tribunal Constitucional relativas a exercícios e campanhas eleitorais anteriores. Assim, para além da subavaliação do resultado do exercício referida acima no montante total conhecido de 12.070 euros, poderão vir a existir outras coimas relativas aos exercícios de 2005 a 2008 e aos actos eleitorais de 2007 e 2008, eventualmente ainda não apuradas e, consequentemente, não notificadas, pelo que não foram reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo Partido, tal como atrás se refere quanto à coima relativa às Eleições Autárquicas de 2005.

Solicita-se uma eventual contestação.

5. Resultado Negativo do Exercício Sobreavaliado – Reconhecimento de Proveitos Referentes a Exercícios Anteriores

No decurso da aplicação dos procedimentos de auditoria às Demonstrações Financeiras de 2008 do Partido, foi verificado o registo de quotas e donativos referentes aos exercícios de 2006 e 2007, nos montantes de 360 euros e 702 euros respectivamente.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido pela AB – António Bernardo refere -§ 3.7.1 – que:

*"Foram detectados casos de pagamentos de **Quotas** referentes a anos anteriores, isto é, foram reconhecidos como proveitos do exercício as quotas do exercício de 2006/2007, no valor total de 359,94 €, constante dos documentos nº 2, 9, 23, 24, 26, 36, 61, 62, 65, 67, 71, 100 e 107, que deveriam ter sido lançados na conta 79.7 – Correções Relativas a Exercícios Anteriores.*

(...)

*Relativamente aos **Donativos**, foi detectado um recebimento relativo ao exercício de 2007, isto é, foi reconhecido como proveito do exercício o donativo do exercício de 2007, no valor total de 702,10 €, constante do documento nº 7, que deveria ter sido lançado na conta 79.7 – Correções Relativas a Exercícios Anteriores."*

Assim, a ECFP conclui que o resultado do exercício se encontra sobreavaliado no montante de 1.062 euros decorrente do reconhecimento de quotas e donativos relativos a exercícios anteriores. Nestes termos, verifica-se o incumprimento do n.º1 do artigo 12.º da Lei 19/2003.

Solicitamos que o PPM nos indique as razões que o levaram a este registo tardio e contrário ao princípio da especialização dos exercícios, de que resultou que Quotas e Donativos de um exercício sejam apenas registados em anos subsequentes. Quais os controlos que existem sobre as Receitas do PPM e sua contabilização?

6. Deficiências no Processo de Prestação de Contas

O Partido, no processo de prestação de contas, não entregou o Relatório de Gestão, o Mapa de Angariação de Fundos (ou declaração da sua inexistência) e a Lista de Donativos.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido pela AB – António Bernardo refere -§ 3.1 - que:

"O Partido não procedeu à entrega dos elementos exigidos pelo Regulamento Normalizador da Prestação de Contas por parte dos Partidos Políticos promovido pela ECFP, uma vez que não entregou o Relatório de Gestão, (...), os Mapas (...) de angariações de fundos, a Lista de donativos, (...)."

Face ao exposto conclui-se que não foi cumprido o n.º 3 da alínea b) do Artigo 12º da Lei 19/2003, pelo facto de não ter sido entregue o mapa de Angariação de Fundos e a Lista de Donativos.

A ECFP solicita, assim, o envio dos documentos que se encontram em falta no processo de Prestação das Contas do exercício de 2008.

7. Contas da Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de 19 de Outubro de 2008, não Integradas Contabilisticamente nas Contas Anuais do Partido. Receitas e Despesas Subavaliadas no Montante de 3.853,26 Euros.

O PPM apresentou ao Tribunal Constitucional as Contas da Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de 19 de Outubro de 2008, as quais evidenciavam receitas e despesas no montante de 3.853,26 euros. As receitas referem-se integralmente a Contribuições do Partido. O Partido não procedeu à integração das Contas da referida Campanha nas Contas Anuais de 2008.

Face ao exposto conclui-se que as receitas e despesas apresentadas pelo PPM referentes a 2008 estão subavaliadas em 3.853,26 euros.

A ECFP solicita ao PPM que explique a razão do não registo pela Contabilidade do Partido da totalidade das operações realizadas no ano?

D. Conclusão

Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, a ECFP considera que, excepto quanto ao efeito das situações referidas nos Pontos 4, 5 e 7 da Secção C, aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito descritas nos Pontos 2 e 3 da Secção C e a outras situações de incumprimento referidas nos Pontos 1 e 6 da Secção C, nada mais chegou ao conhecimento da ECFP que leve a concluir sobre a existência de outras situações relevantes que possam afectar as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo **Partido Popular Monárquico** com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Esta conclusão será alterada no Parecer final, se vier a ser facultada à ECFP documentação adicional ou esclarecimentos suplementares, relativamente a cada uma das limitações de âmbito, situações anómalas e incumprimentos descritos ao longo deste Relatório.

Lisboa, 7 de Junho de 2010

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Margarida Salema d' Oliveira Martins (Presidente)

Jorge Galamba (Vogal)

Pedro Travassos (Vogal e Revisor Oficial de Contas)